



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MAN SO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Ao
ÓRGÃO EXECUTIVO
DO MUNICÍPIO DE POMBAL

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1.º SEMESTRE DE 2023 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea h) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos a nossa informação sobre a situação económico-financeira com referência ao primeiro semestre de 2023 da **PMUGEST – POMBAL MANUTENÇÃO E URBANA, E.M. (PMUGEST)**.

Como a *PMUGEST* não está obrigada a elaborar e a apresentar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), os trabalhos realizados tiveram como suporte o Balancete Analítico Acumulado a 30 junho, assim como os mapas de execução orçamental por ela preparados.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade da *PMUGEST*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseada nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

ÂMBITO

Os procedimentos executados, não constituem uma auditoria nem um exame simplificado feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ou Normas Internacionais de Exame Simplificado, e consequentemente, não será expressa uma opinião com segurança aceitável ou moderada.

Ainda assim, os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira – análise de contas de resultados e de balanço - e análise de rácios);
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
- C. Contratação pública
- D. Sistema de Controlo Interno
- E. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

Gastos e Rendimentos	30 junho 2023		30 junho 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 299	0,72%	5 736	0,78%	(436)	-7,61%
Fornecimento e serviços externos	173 944	23,56%	196 252	26,58%	(22 308)	-11,37%
Gastos com pessoal	509 069	68,96%	534 792	72,44%	(25 722)	-4,81%
Gastos de depreciação e de amortização	47 207	6,39%	30 590	4,14%	16 616	54,32%
Perdas por imparidade	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Provisões do período	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros gastos	2 687	0,36%	3 703	0,50%	(1 016)	-27,44%
Gastos de financiamento	50	0,01%	259	0,04%	(209)	-80,69%
Total	738 256	100,00%	771 332	104,48%	(33 076)	-4,29%
Rendimentos						
Vendas	6 075	0,71%	9 358	1,05%	(3 283)	-35,08%
Prestações de serviços	839 097	97,53%	852 473	95,49%	(13 376)	-1,57%
Variações dos inventários da produção	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Subsídios à exploração	540	0,06%	7 488	0,84%	(6 948)	-92,79%
Reversões	4 993	0,58%	2 218	0,25%	2 775	125,13%
Ganhos por aumentos de justo valor	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros rendimentos	9 571	1,11%	21 146	2,37%	(11 575)	-54,74%
Rendimentos de financiamento	66	0,01%	29	0,00%	37	125,41%
Total	860 342	100,00%	892 713	100,00%	(32 371)	-3,63%

Os gastos e rendimentos acima referidos devem ser analisados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam de um processo integral de fecho de contas intercalares, como já referido na Introdução desta informação. De referir que o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do Balancete que serviu de base a este trabalho, pelo que a análise dos gastos e rendimentos registados no primeiro semestre deve ter esse facto em conta.

A.1.1 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Rubricas	30/06/23	30/06/22	Δ absoluta	Δ relativa
Subcontratos	3 350	4 190	(840)	-20,05%
Trabalhos especializados	17 762	16 991	771	4,54%
Publicidade e propaganda	719	386	334	86,55%
Vigilância e segurança	760	493	267	54,20%
Honorários	3 231	1 386	1 845	133,10%
Conservação e reparação	30 269	54 734	(24 465)	-44,70%
Outros	2 876	3 197	(321)	-10,05%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 532	5 946	2 586	43,49%
Material de escritório	3 717	3 771	(54)	-1,42%
Artigos para oferta	29	48	(19)	-38,75%
Outros	2 053	297	1 756	591,15%
Eletricidade	7 839	2 858	4 982	174,33%
Combustíveis	60 569	71 174	(10 605)	-14,90%
Água	505	816	(312)	-38,20%
Deslocações e estadas	70	(85)	155	-182,25%
Transportes de mercadorias	350	-	350	0,00%
Outros	440	306	134	43,63%
Rendas e alugueres	7 496	7 380	116	1,57%
Comunicação	2 601	3 996	(1 395)	-34,91%
Seguros	17 099	14 980	2 118	14,14%
Contencioso e notariado	1 663	1 455	208	14,30%
Despesas de representação	447	272	175	64,24%
Limpeza, higiene e conforto	858	1 383	(525)	-37,93%
Outros serviços	709	279	430	154,19%
Total	173 944	196 252	(22 308)	-11,37%

Esta rubrica apresenta uma diminuição de 22.308 euros, face ao período homólogo, sendo que destacamos os seguintes eventos:

- Na rubrica *Conservação e Reparação* a variação negativa respeita essencialmente ao facto de no semestre em análise, os gastos com a manutenção das viaturas pesadas, as quais exigem uma manutenção constante por forma a garantir o seu bom funcionamento, ter sido inferior ao período homólogo.
- A redução da rubrica de *Combustíveis*, 10.605 euros, está essencialmente relacionada com a estabilização dos preços dos combustíveis.

A.1.2. Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal representam a 30 de junho de 2023 cerca de 69% do total dos custos operacionais contabilizados pela PMUGEST.

A diminuição registada está relacionada com a redução do número de colaboradores (em termos médios,

menos 12 face a 2022), o que permitiu reduzir o impacto expectável dos vários aumentos ocorridos em 2023, tais como, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) num universo de 37 trabalhadores, atualizações salariais para os colaboradores que auferem rendimentos superiores ao SMN, atualização salarial extraordinária de 1% para todos os colaboradores, de acordo a legislação para a Função Pública, atualização do subsidio de alimentação, aumento de horas extras, com bem como com o acréscimo de custos com o seguro de acidentes de trabalho e o investimento efetuado em fardamento.

A.1.3. Gastos de depreciação e de amortização

O aumento está diretamente relacionado com o elevado nível de investimento realizado nos últimos exercícios económicos.

A.1.4. Prestações de Serviços

A diminuição registada na rubrica de *Prestação de Serviços*, no valor de 13.376 euros, face a igual período homólogo, está relacionada, em grande parte, com os seguintes factos:

- Diminuição do número de serviços prestados nos Serviços Urbanos, face ao período homólogo, no valor de 50.891 euros, justificado pela redução de serviços de limpeza nos edifícios municipais, pelo facto do Município ter optado por assegurar internamente os serviços de limpeza em 5 pavilhões desportivos e na central de camionagem. Acresce, ainda, o facto da PMUGEST, E.M., ter procedido a uma intervenção profunda no veículo Lava Contentores o que impediu a prestação do serviço de lavagem em todo o primeiro trimestre de 2023;
- Diminuição dos serviços prestados nos Serviços Agroflorestais, no valor de 3.803 euros, em virtude da PMUGEST não ter executado a limpeza de Faixas de Gestão de Combustíveis, situação que ocorreu em 2022. De referir que, apesar das condicionantes, a área de Serviços Agroflorestais conseguiu manter valores próximos quando comparado com o período homólogo, devido ao facto da angariação de novos clientes e realização de novas parcerias.

Importa referir que o Estacionamento, registou um aumento, face ao período homólogo, na sequência da possibilidade dos utilizadores terem ao seu dispor novas facilidades de pagamento (VIA VERDE, iParque e Referência de Multibanco), as quais proporcionaram um aumento de cerca de 9.941 euros, face ao período homólogo, bem como o aumento significativo da área de Publicidade, a qual registou um aumento de 27.708 euros, em resultado da introdução de novas estruturas no decurso do ano de 2022.

A.1.5. Subsídios à exploração

A diminuição ocorrida nesta rubrica, no valor de 6.948 euros, resulta do facto de, em 2022 a Entidade ter em curso a medida *Convert +* e um posto de trabalho apoiado pelo IEFP e em 2023, apenas se regista um posto de trabalho apoiado pelo IEFP.

A.1.6. Outros rendimentos

O decréscimo registado nesta rubrica, resulta da venda de imobilizado obsoleto, ou, em fim de vida ocorrida no decurso do primeiro semestre de 2022. Em 2023 apenas foi alienado o mobiliário e equipamento de som/luz alocados ao antigo espaço do Café-Concerto.

A.2. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

A.2.1. ATIVO

ATIVO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	487 456	497 497	(10 041)	-2,02%
Goodwill	3 750	4 500	(750)	-16,67%
Ativos intangíveis	555	1 110	(555)	-50,00%
Outros investimentos financeiros	12 227	13 493	(1 266)	-9,39%
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE	503 987	516 600	(12 613)	-2,44%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	266	306	(40)	-13,08%
Clientes	263 402	154 191	109 211	70,83%
Estado e outros entes públicos	31 718	327	31 391	9597,80%
Diferimentos	23 739	33 988	(10 249)	-30,16%
Outros créditos a receber	94 904	59 112	35 792	60,55%
Caixa e depósitos bancários	527 049	550 027	(22 978)	-4,18%
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	941 078	797 951	143 127	17,94%
TOTAL DO ATIVO	1 445 065	1 314 551	130 514	9,93%

A.2.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição.

Com referência ao primeiro semestre, os principais movimentos do ativo fixo tangível relacionam-se com a venda de mobiliário e equipamento de luz e som, bem como aquisições efetuadas no período em análise e as depreciações do período. Adicionalmente ver ponto B.3 do presente relatório.

A.2.1.2. Clientes

O aumento verificado nesta rubrica, resulta do decorrer normal da atividade e dos recebimentos de Clientes.

A.2.1.3. Diferimentos

A diminuição registada, deve-se ao reconhecimento mensal dos gastos referentes aos contratos de exploração publicitária em vigor.

A.2.1.4. Outros créditos a receber

A variação registada nesta rubrica resulta do facto de à data de 30.06.2023 existir um maior desfasamento temporal entre a faturação e a execução dos serviços.

A.2.1.5. Caixa e depósitos bancários

A variação ocorrida nesta rubrica está diretamente relacionada com o aumento da rubrica de Clientes.

A.2.2. CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL PRÓPRIO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Subscrito	325 000	325 000	-	0,00%
Reservas legais	60 267	49 999	10 268	20,54%
Resultados transitados	610 842	518 432	92 410	17,82%
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	(1 758)	(1 758)	-	0,00%
Resultado líquido do período	122 086	102 678	19 408	18,90%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 116 436	994 350	122 086	12,28%

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, nos primeiros seis meses do ano, dizem respeito à aplicação do Resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 102.678 euros, conforme proposta do Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral da Entidade no dia 29 de março de 2023, sendo 10.268 euros aplicados em *Reservas legais* e os restantes 92.410 euros em *Resultados transitados*.

A.2.3. PASSIVO

PASSIVO	30/06/23	31/12/22	Δ absoluta	Δ %
PASSIVO CORRENTE				0,00%
Fornecedores	73 862	54 583	19 279	35,32%
Estado e outros entes públicos	116 647	54 283	62 364	114,89%
Outras dívidas a pagar	132 549	191 467	(58 918)	-30,77%
Diferimentos	5 571	19 867	(14 296)	-71,96%
TOTAL DO PASSIVO	328 629	320 200	8 428	2,63%

A.2.3.1. Fornecedores

O aumento ocorrido nesta rubrica, resulta do facto da Entidade ter alterado o prazo médio de pagamento a fornecedores para 30 a 45 dias.

A.2.3.2. Estado e outros entes públicos

Verificámos as contas com o *Estado e outros entes públicos*, incluindo declarações fiscais e respetivas guias de pagamento certidões de não dívida, e não identificámos nada de relevante a referir.

A.2.3.3. Outras dívidas a pagar

A variação ocorrida resulta da regularização de acréscimos de gastos, bem como pelo facto da Entidade ter liquidado no decurso do 1º semestre o valor em dívida até 2021 referente ao regime de capitação.

A.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Rácios	30/06/23	31/12/22	Δ
Liquidez geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	2,86	2,49	0,37
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo)	77,26%	75,64%	1,62%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo)	3,40	3,11	0,29

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os rácios da entidade apresentam uma melhoria, face a 31 de dezembro de 2022.

B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de junho de 2023, está naturalmente condicionada pelo facto de a previsão orçamental ser efetuada numa perspetiva anual. Assim, a análise da execução orçamental deve ter em conta que nem todos os gastos e rendimentos são lineares ao longo do ano, havendo algumas que se realizam no todo ou em maior parte num ou noutro semestre do ano.

Rubricas	Real	PAO 2023	Grau de Execução	
			Valor	%
Gastos				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 299	16 212	(10 913)	32,69%
Fornecimento e serviços externos	173 944	526 238	(352 295)	33,05%
Gastos com pessoal	509 069	1 041 806	(532 736)	48,86%
Gastos de depreciação e de amortização	47 207	140 851	(93 644)	33,52%
Perdas por imparidade	0	5 421	(5 421)	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos	2 687	4 320	(1 633)	62,20%
Gastos de financiamento	50	261	(211)	19,16%
Total dos Gastos	738 256	1 735 109	-996 853	42,55%
Rendimentos				
Vendas	6 075	10 000	(3 925)	60,75%
Prestações de serviços	839 097	1 789 108	(950 011)	46,90%
Variações nos inventários da produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios à exploração	540	21 543	(21 003)	2,51%
Reversões	4 993	0	4 993	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos	9 571	3 148	6 423	304,01%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	66	155	-89	42,53%
Total dos Rendimentos	860 342	1 823 954	(963 612)	47,17%

B.1. GASTOS

O montante global dos gastos executados foi de 738.256 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 42,55%, conforme detalhado no quadro acima.

Da análise efetuada à execução dos gastos relativa ao primeiro semestre de 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura dos gastos são os *Fornecimentos e serviços externos* (23,56%) e os *Gastos com Pessoal* (68,96%), as quais apresentam um grau de execução de 33,05% e 48,86%, respetivamente.

B.2. RENDIMENTOS

O montante global dos rendimentos executados foi de 860.342 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 47,17%.

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- As *Prestações de serviços* registaram um grau de execução de 46,90%.

- Verificamos a existência de execução de uma rubrica com valor superior ao orçamentado, nomeadamente *Outros rendimentos*, pelo facto da Entidade não ter previsto a alienação de equipamento.
- Por outro lado, verificámos que não foi orçamentado qualquer valor para a rubrica de *Reversões*, sendo que até ao final do primeiro semestre, a Entidade conseguiu receber de *Cientes*, o valor de 4.993 euros, para os quais tinham sido constituídas imparidades em devido tempo.

B.3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2023

Equipamento por área de atividade	Real	PAO 2023	Grau de Execução	
			Valor	%
Serviços Urbanos				
<i>Fuso com Grua</i>		100 000,00 €		
<i>Camião de recolha de Bioresíduos</i>		150 000,00 €		
<i>Reparação da viatura Lava contentores</i>	27 255,95 €		27 255,95 €	nd
Subtotal	27 255,95 €	250 000,00 €	27 255,95 €	10,90%
Serviços AgroFlorestais				
<i>Destroçador martelos (agricolas)</i>		3 500,00 €		
<i>Pequenos equipamentos (Roçadoras, Motoserras, Alfaías)</i>	5 777,01 €	3 000,00 €	2 777,01 €	192,57%
Subtotal	5 777,01 €	6 500,00 €	2 777,01 €	88,88%
Publicidade				
<i>Outdoors Digitais 3x2</i>		27 000,00 €		
<i>Iluminação de estruturas</i>	4 406,40 €	5 000,00 €	(593,60)	88,13%
Subtotal	4 406,40 €	32 000,00 €	(593,60)	13,77%
Estacionamentos				
<i>Parquímetros</i>		10 000,00 €		
Subtotal	0,00 €	10 000,00 €	0	0,00%
Valor de investimento total	37 439,36 €	298 500,00 €	29 439,36 €	12,54%

O grau de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta, em 30 de junho de 2023, uma taxa de execução de apenas 12,54%.

De referir que a Entidade procedeu a uma grande reparação no veículo Lava Contentores, a qual não estava prevista no Plano Plurianual de Investimento para 2023, e cuja intervenção visou um conjunto de reparações à estrutura, ao sistema de lavagem, à revisão e substituição de elementos danificados, bem como à pintura e polimento geral do veículo. O objetivo principal deste investimento passou por aumentar a vida útil do

equipamento, adequando-o ao seu normal e correto funcionamento, garantindo a qualidade do serviço prestado.

C. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A *PMUGEST*, enquanto Entidade adjudicante ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos (CCP), está obrigada ao cumprimento do Código em matéria de contratação pública, designadamente, na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas e obras públicas.

Procedemos à análise duma amostra de procedimentos de contratação adjudicados no exercício, nada havendo a assinalar.

D. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Um sistema de controlo interno deve englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.

O sistema de controlo interno da Entidade deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais.

Decorrente do trabalho efetuado verificámos a inexistência de manual de controlo interno, pelo que recomendamos que o mesmo seja elaborado por forma a fazer face às necessidades da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção. De referir, contudo, que a Entidade já adotou procedimentos na área de aquisição de bens e serviços bem como na área de vendas e prestações de serviços.

Nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, a Entidade adotou e implementou um programa de cumprimento normativo que inclui, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denuncia.

Está em curso, a implementação de um sistema de controlo interno que assegure a efetividade deste programa e a imparcialidade dos procedimentos e decisões, bem como a designação de um responsável pelo

cumprimento normativo, a quem competirá garantir e controlar a aplicação do programa de cumprimento normativo.

Recomenda-se ainda que seja implementado um processo de monitorização, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade.

E. RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser elaborado o manual de controlo interno por forma a fazer face às necessidades da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços da *PMUGEST*, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 13 de setembro de 2023

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Maria Balbina Cravo, ROC nº 1428,
Registado na CMVM sob o nº 20161038